

NOTICIÁRIO

OS 10 ANOS DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra comemora este ano o seu 10.º Aniversário. No âmbito dessas comemorações (que se prolongarão até ao final do ano lectivo de 1983/84), tiveram já lugar várias iniciativas de carácter científico e de extensão cultural, de que destacamos:

1. 1.^{as} JORNADAS COOPERATIVAS (vide comunicações editadas neste mesmo número da R.C.C.S.).
2. 2.^{as} JORNADAS DE GESTÃO, com as seguintes comunicações: José Coelho Monteiro/Henrique Milheiro — «O ambiente económico e sua repercussão na actividade empresarial: o caso português»; J. Xavier de Basto/Maia Pimpão — «O I.V.A. e suas implicações na gestão das empresas»; Amadeu Pires — «Pequenas e Médias Empresas industriais: sua importância, deficiências e dificuldades fundamentais».
3. Participação na SEMANA DE CULTURA AFRICANA, com a organização de uma conferência, proferida pelo Prof. Mário Murteira, subordinada ao tema «Algumas experiências africanas de desenvolvimento».
4. I CICLO DE CONFERÊNCIAS proferidas por Docentes da FEUC:
Romero Magalhães — «Poder local e bloqueio ao desenvolvimento económico na Idade Moderna»; J. Xavier de Basto — «Alternativas de financiamento da Segurança Social»; Alfredo Marques — «A Crise em Portugal. Aspectos estruturais e de política económica»; Eduardo d'Oliveira — «O sector público — alguns aspectos económicos»; A. Rogério Leitão — «O Tribunal das Comunidades Europeias e a livre circulação de mercadorias no espaço comunitário».

5. CONFERÊNCIAS proferidas por especialistas de várias áreas científicas e técnicas, a convite da Faculdade:

A. Soares de Mello — «A função direcção-geral. Aspectos fundamentais»; Álvaro Martins — «Planeamento energético e racionamento de energia em situação de crise — abordagem pela programação multiobjectivos»; Prof. Gallais-Hamono (da Universidade de Orléans) — «A teoria financeira moderna»; Prof. André Chaîneau (da Universidade de Poitiers. Consultor do Banco de França) — «Análise monetarista do circuito económico»; «Política de enquadramento do crédito»; Prof. Sousa Franco — «Políticas de redistribuição do rendimento»; Aníbal Santos — «Metodologia de análise do impacto macroeconómico de grandes projectos de investimento».

Está prevista ainda a realização de um II e III CICLOS de CONFERÊNCIAS, respectivamente em Outubro, Novembro e Dezembro de 1983 e Janeiro, Fevereiro e Março de 1984, bem como de vários Seminários, não integrados nesses ciclos, a saber: Prof. Manuel Lopes Porto: «Comércio Internacional e Integração»; João Cravinho: «a indicar»; Prof. Claude Courlet (da Univ. de Grenoble): «Semi-industrialização e Desenvolvimento»; Prof. Destanne de Bernis (da Univ. de Grenoble): «A Crise Económica e Energética e as Estratégias de Desenvolvimento»; Prof. Gallais-Hamono (da Univ. de Orléans): «Future Market's» e Desenvolvimento dos Novos Produtos Financeiros».

Tiveram também lugar algumas actividades desportivas e de convívio, nomeadamente um jogo de futebol de 11 e um torneio de futebol de salão, dois Convívios organizados por Estudantes desta Faculdade e um Almoço com actuais e antigos Docentes, Estudantes e Funcionários, que se realizou no Palácio de S. Marcos com a presença de representantes de toda a Universidade e de outras Instituições, bem como de colaboradores da Faculdade de Economia.

Foi editada uma Serigrafia do Pintor Nuno Barreto, comemorativa do 10.º Aniversário. Será também editado um número especial de «COMUNICAÇÕES» com os textos dos 3 Ciclos de Conferências, bem como uma PUBLICAÇÃO que conterá a informação exaustiva da actividade pedagógica, científica e de extensão cultural desenvolvida pela FEUC nos seus primeiros 10 Anos de existência.

*A Comissão das Comemorações
do 10.º Aniversário da FEUC*

I JORNADAS AGRÁRIAS GALEGAS

Nos dias 15, 16 e 17 de Abril de 1983, realizaram-se na Faculdade de Economia da Universidade de Santiago de Compostela as I Jornadas Agrárias Galegas. Foram organizadas por um grupo de técnicos e investigadores que atribuiu às Jornadas objectivos que reflectiam, para além duma análise interdisciplinar das questões rurais, uma notória preocupação de simbiose entre a investigação científica e a intervenção social.

As análises aqui desenvolvidas era comum uma linha de orientação muito relacionada com as perspectivas nacionalistas. A utilização do galego foi a forma pela qual, mais directamente, começou por se manifestar esta perspectiva. Importa realçar esta questão, na medida em que da participação nas Jornadas nos ficou a ideia de que a análise da realidade galega e, nomeadamente, da realidade rural e agrícola, para além de dever tomar em conta a especificidade que o peso do campesinato confere à sua economia, também se não pode alhear das consequências particulares que resultam da situação da Galiza face ao Estado Espanhol.

É nesta linha de pensamento que se insere a conferência inaugural destas Jornadas, a cargo de Xosé Manuel Beiras (um economista que, desde 1967 com o seu livro «El Problema del Desarrollo en la Galicia Rural», tem marcado a análise económica na Galiza). A sua perspectiva de análise parte da consideração da expressão «economia camponesa» como categoria sócio-económica central estudando, assim, a sua inserção «na totalidade estruturada da economia galega», a sua estrutura interna e as alternativas que se colocam ao campesinato galego para concluir rejeitando os efeitos discriminatórios da opção tecnocrática e sublinhando a necessidade de dar prioridade aos produtores camponeses.

A exposição e debate das comunicações estava organizada por quatro áreas. As questões debatidas na área *sócio-cultural*, quer as que se relacionavam com a informação e a imprensa agrícola, com o habitat e a protecção e reabilitação arquitectónica no meio rural, quer as que reflectiam o problema da formação (profissional, sócio-cultural e sistema educativo), procuravam definir-se de maneira a adequar-se a uma formação social como a Galiza, relativamente homogénea e profundamente diferenciada relativamente a outros espaços sociais. Curiosamente, a abordagem, nesta área, de «aspectos socioló-

gicos da montanha galega», haveria de ser um dos pontos em que se sublinharia, na prática das investigações, que se começa a desenvolver, a semelhança e a continuidade de problemas e temáticas entre a Galiza e o Norte de Portugal.

Suscitaram ainda vivo debate questões como a divisão sexual do trabalho nos campos, o papel da mulher no meio rural e, particularmente (a propósito da análise da constituição de um «Conselho Local de Saúde») a saúde que, sendo uma necessidade prioritária nas comunidades rurais, foi considerada um espaço privilegiado para uma intervenção social global.

A área *sócio-política* centrou-se na análise de temas como o sindicalismo, as organizações agrárias na Galiza, segurança social agrária, a história dos movimentos camponeses na Galiza, o papel do campesinato como força política e social, o papel das autarquias na organização territorial da Galiza autónoma.

Na área *sócio-económica* debateram-se alguns pontos centrais para o desenvolvimento da agricultura galega: a produção leiteira e os problemas ligados ao sector, a agricultura a tempo parcial, a adesão à CEE e o seu impacto, o problema do emparcelamento e das estruturas agrárias e as alternativas energéticas no campo.

Finalmente a área *técnico-económica* englobou temas técnicos no âmbito da agricultura, silvicultura e pecuária, alguns deles bastante especializados e outros de carácter mais geral, como a agricultura biológica e a harmonia e o equilíbrio ecológicos.

No debate sobre a sociedade rural galega em geral e o papel da economia camponesa em especial, a preocupação com uma perspectiva interdisciplinar e com a ligação à realidade empírica é comum à que tem estado presente no desenvolvimento da problemática da pequena agricultura em Portugal.

Daí, parece-nos, o interesse manifestado quer pelos organizadores, quer pela generalidade dos participantes em trocar experiências e debater perspectivas com os técnicos e investigadores portugueses presentes nas Jornadas.

A similitude da problemática e o facto de, historicamente, o problema galego estar associado a Portugal leva a uma certa identidade que facilita e enriquece debates como este.

Maria Adosinda de Almeida Henriques

SERVIÇO SOCIAL, CIÊNCIAS SOCIAIS, PROBLEMAS URBANOS

Decorreu no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra de 27 de Junho a 1 de Julho, o 1.º Seminário sobre «*Serviço Social, Ciências Sociais, Problemas Urbanos*», organizado e coordenado pelos docentes da equipa do Sector «*Problemas Urbanos/Habitação*», Sociólogo Henrique Fernandes e Técnica de Serviço Social Alcina Martins, tendo contado com 60 participantes entre Técnicas de Serviço Social (T.S.S.), Engenheiros, Arquitectos, Estudantes e Professores.

Pretendendo ser um espaço de debate à volta de modelos e projectos que, do poder constituído aos grupos sociais passando pelos Técnicos, atravessam o campo dos problemas sociais de sede urbana, o Seminário contou ao longo de 4 dias com as seguintes comunicações:

«*A questão urbana: do problema social ao problema sociológico?*» — Sociólogo Victor Matias Ferreira; «*Aventuras e desventuras do planeamento urbano em Portugal*» — Engenheiro Lusitano Santos; «*O Planeamento urbanístico, a habitação e a população — o processo de participação, de decisão e de acção*» — Professor Engenheiro Costa Lobo; «*Das acções de reforma social ao planeamento social*» e «*Reflexões sobre a evolução e lugar estrutural da profissão de Serviço Social*» — Alcina Martins e Henrique Fernandes; «*Notas de um trabalho em curso sobre o processo histórico de urbanização e a estrutura urbana de Coimbra*» — Alunas do ISSSC — Ângela Ribeiro, Deolinda Leones, Deolinda Rodrigues, Isabel Pinto e Rosário Alves; Mesa redonda sobre «*Problemas urbanos/Habitação e práticas de Serviço Social*» — T.S.S. de vários S.M.H. — Conceição Albuquerque, Lucinda Jordão e Suzana Costa.

O Seminário terminou com uma visita de estudo às zonas de crescimento da cidade, ao real concreto de alguns problemas, da segregação espacial/social ao loteamento e construção clandestinas, etc.

Do conjunto das questões que atravessaram comunicações e debates destacaremos três.

A primeira suscitada pela comunicação de V.M.F., diz respeito à relação entre Sociologia e Serviço Social: historicamente a intervenção Social (Social Work) precede a Sociologia Urbana, que surge «tendo por base o colossal património de estudos empíricos de relatórios de intervenção social na Ci-

dade». As resultantes dessa génese — o empirismo dominante, o isolamento do(s) objecto(s) de análise e a especialização crescente da (e dentro da) Sociologia Urbana — marcaram também a formação escolar, as práticas profissionais e a (possível) reflexão sobre essas práticas a nível do Serviço Social. Por isso pensamos poder estender aos dois domínios disciplinares o que V.M.F. disse a propósito da Sociologia Urbana: «É urgente romper as falsas fronteiras do real, arbitrariamente sectorizadas em áreas de análise supostamente «autónomas», bem como se torna decisivo romper as falsas fronteiras disciplinares, separando os diversos «ramos» da Sociologia — soc. urbana, soc. rural, etc.», por forma a que possibilitando uma abordagem intra-disciplinar nos aproximemos de práticas de intervenção social teoricamente mais autónomas e metodologicamente mais críticas. Estas questões, que dizem primeiramente respeito aos cientistas sociais, não podem deixar indiferentes os T.S.S., tanto mais que, como foi afirmado pela equipa organizadora, aos T.S.S. cabem tendencialmente funções de implementação e gestão públicas de consumos colectivos, bem como acções ligadas ao planeamento social e prevenção das tensões produzidas por problemas sociais.

Esta evolução, do Social Worker ao tecnocrata, abre-nos a porta à segunda questão, a do lugar e formas de acção/intervenção do Serviço Social. De uma prática profissional baseada sobretudo em acções pontuais de «resposta correctiva» e enquadramento de indivíduos e grupos, tendo por base uma formação nas áreas da medicina, direito, teologia e moral, passa-se a outra prática como funcionária do Estado, com uma formação exclusiva ou dominante em Ciências Sociais. Aparentemente diferente, o «lugar» estrutural permanece o mesmo — agentes implementadores das decisões e medidas de política(s) social(ais).

A terceira questão remete-nos para a intervenção sobre a produção e reprodução do espaço urbano, de que o Planeamento Urbano e Regional é um dos instrumentos. A inegável componente política das opções que lhe subjazem, mesmo quando aparentemente técnicas, foi aparecendo cada vez mais clara ao longo do debate. Nas comunicações de Lusitano Santos e Costa Lobo, foram focadas questões como a desburocratização dos processos conducentes à aprovação dos planos, a maior flexibilidade negocial nas suas aplicações, o alargamento do espectro dos profissionais constituintes das equipas técnicas de planeamento, passando pelo reforço da componente Serviço Social/Ciências Sociais das mesmas nas várias fases do processo de planeamento. Foi igualmente vincada a necessidade

de participação da população que «vai muito além de simples consultas e opiniões, do direito de reclamação, e se situa precisamente no empenhamento e na contribuição para as acções, para a realização dos programas colectivos e colectivamente acordados em compromissos claros e livremente assumidos». (C.L.)

Finalmente realçou-se a necessidade de novas iniciativas deste tipo, porque os T.S.S. apesar de se situarem a jusante do processo de produção das leis/normas não podem dispensar-se de compreender as con(tra)dições e agentes que estão na sua origem, bem como a complexa trama de relações sociais conflituais que se exprimem também nas acções do Estado e nas políticas sociais que determinam aquelas leis.

*Alcina Martins
Henrique Fernandes*

CONGRESSO LUSO GALAICO DE MEDICINA POPULAR

Foi em Vilar de Perdizes, aldeia raiana do concelho de Montalegre, a viver hoje mais dos dinheiros da emigração e do contrabando do que da sua pobre agricultura, que surgiu a ideia de pôr em diálogo as diferentes formas de medicina. Bem longe portanto das sedes habituais de organização dos congressos. O mérito pertence todo à Associação Cultural e ao seu grande animador António Fontes, padre, historiador e etnólogo por vocação, autor entre outros trabalhos da mais completa recolha etnográfica da região barrosã («Etnografia Transmontana», 2 vols., 1974 e 1977). Objectivo expresso: reunir pessoas interessadas na medicina popular para estudar, inventariar, pesquisar e descobrir a ciência e sabedoria populares, e analisá-las, para lhes dar continuidade ou dismistificá-las quando for caso disso.

E muitos foram os interessados que acorreram, a maior parte de bem longe, a Vilar de Perdizes — médicos, psicólogos, farmacêuticos, historiadores, técnicos, universitários ou simplesmente curiosos, e muitos jornalistas. As sessões pretenderam conjugar as visões de diferentes especialidades sobre as práticas de medicina popular com as descrições feitas directamente pelos próprios praticantes da região («cada aldeia tem ainda hoje o seu curandeiro, a quem as pessoas continuam a recorrer apesar da existência de médicos»), ficando para o debate a

tarrafa de fazer as ligações, nada fáceis, entre pontos de vista tão distintos e em grande medida contraditórios.

As comunicações especializadas cobriram quatro grandes temáticas: 1. A medicina popular como saber empírico e a medicina científica como conhecimento de rigor (M. Cardoso de Oliveira e H. Sousa Nunes); 2. A medicina popular como realidade de interesse histórico (E. Santos e B. Moreno); 3. Os elementos religioso e psíquico nas práticas de medicina popular (J. Domingos Gomes, P.e Joaquim Vicente, P.e Agostin Gonzalez e Julio Tejada); e 4. A medicina popular como manifestação cultural de valor antropológico (Antonio Fontes e Joaquin Lorenzo). Os curandeiros convidados, pessoas bem conhecidas e prestigiadas na região, relataram as suas «especialidades» (cortar o mal do coxo, curar o farfalho e o engarinho, levantar a espinhela caída, endireitar ossos, etc.), responderam pacientemente e com segurança às inúmeras questões levantadas pela curiosidade ou pelo cepticismo das pessoas e ensaiaram até as suas artes num ou noutro participante que lhes confiou o seu mal.

Resultado dos diferentes interesses e expectativas que os participantes tinham trazido para o encontro, a discussão foi marcada por uma intensa e tensa polémica, recheada de equívocos, que se veio a polarizar em torno da questão medicina popular *versus* medicina científica. De uma forma velada e, de certo modo, paternalista ou de uma forma abertamente condenatória houve quem procurasse exercer a «acção pedagógica» de desmistificar a medicina popular, reduzindo-a a um conjunto de práticas mais ou menos primitivas próprias de épocas passadas, sem qualquer espécie de rigor, misturando superstição e empirismo e sujeitas a erros e perigos graves para a saúde dos que delas se servem. Assim e numa palavra, a medicina (científica) nada teria a aprender com tais práticas. Ainda que no passado tivesse existido entre as duas uma ligação muito forte, hoje a medicina desembaraçou-se de todas as excrescências dum empirismo casuísta e primário e duma magia de raiz metafísica. A resposta a esta concepção optimista acerca da medicina científica surge curiosamente da parte de alguns médicos para quem a medicina oficial, ensinada nas Faculdades, apesar do seu enorme desenvolvimento e aparente progresso, tem evidenciado muitas fraquezas e tem visto proliferarem fora de si novos domínios de conhecimento, novas experiências e novas práticas com assinalável êxito conseguido na cura da doença. Perante os limites da medicina ortodoxa, a atitude que se espera não seria a de marginalizar, condenar essas outras medicinas, mas sim a de estudá-las atenta e despreconceituadamente, e in-

tegrar imaginativamente os aspectos positivos, donde deriva a sua eficácia. Ficou-se a saber que, no que toca às formas de medicina popular, se procede já à recolha, em diversos pontos do país, de dados sobre as diferentes práticas curativas e de saúde, quer sejam administradas pelos próprios, quer envolvam a intervenção de «especialista» e se estudam os princípios activos, técnicas de extracção e manipulação e formas de utilização dos produtos naturais com propriedades curativas.

O debate havido, dentro e fora das sessões, permitiu levantar algumas questões muito interessantes e abrir o apetite para novos encontros sobre o tema. Saber em que medida a medicina científica pode aproveitar dos aspectos positivos encontrados no saber popular é, antes de mais, ajudar a uma reflexão, tão necessária, sobre o que é hoje aquela medicina, onde estão as causas dos seus insucessos e se terá ela a capacidade de se autocorrigir.

Um juízo sobre a medicina não pode limitar-se a avaliar os êxitos, as conquistas e os avanços no topo da ciência, onde se concentram os esforços conjugados de numerosas instituições interessadas (o estado, as universidades, a indústria médica e farmacêutica, a classe profissional, etc.) e a qualidade do produto resultante é excelente. Existe uma outra medicina que é aquela a que a generalidade das pessoas tem acesso. Chamemos-lhe medicina de massa; baseia-se num conhecimento médico pouco especializado, no diagnóstico quase normalizado, na administração incontrolada de quimioterápicos e numa relação semi-burocratizada entre médico e doente. Nem tudo serão os custos de uma expansão acelerada da cobertura médica, que o tempo se encarregaria de remediar. Para muitos autores (e, desde logo, a partir de Illich) a medicina é que está a mudar de natureza, com o desenvolvimento da sociedade industrial (tal como os outros ramos da ciência, de resto). Um dos aspectos mais relevantes dessa transformação é sem dúvida a redução da doença à expressão de um conjunto de indicadores, quantificáveis e tipificados (tensão arterial, taxa de colesterol, traçado electrocardiográfico, perfil sanguíneo, etc.). assimiláveis pelo aparelho tecnológico disponível e concomitantemente a redução do doente à sua componente somática. Arrastada pelo desenvolvimento técnico e assombrada com o progresso da ciência, a prática médica vai, progressivamente e sem se dar conta, distanciar-se do modelo tradicional de relação solidária com o doente, do conhecimento do meio e do espaço de vida dos que serve. A medicina popular, — e foi um dos aspectos mais ricos do debate — pode precisamente fornecer elementos valiosos para a reflexão sobre o futuro da medicina, particularmente neste campo da com-

preensão ampla da doença e do doente. Antes de mais, porque ela nos ensina que não há uma definição rígida e universal do estado de doença e que os padrões para o seu reconhecimento são formados por uma multiplicidade de aspectos, muitos deles exigindo um bom conhecimento do universo cultural e sociológico da pessoa. Depois, porque a relação que intercede entre o doente e o curandeiro ou prático em curar assenta na confiança e numa competência localmente reconhecida, não se limitando à mera relação contratual de prestação de serviços em que a medicina oficial se vem tornando. Nisto reside, em grande parte, o segredo da persistência — e, até, o revigoração recente — das práticas médicas heterodoxas, quer em meios rurais quer em meios urbanos.

De um outro ponto de vista, seria interessante analisar a coexistência no mesmo espaço de formas de medicina tão diferentes, apreciando toda a variedade de nexos que as ligam e o processo de transformação recíproca. Isto porque não será apenas o saber médico-popular que se vai actualizando, cientificando; também, e importa saber como, é a medicina científica que, para se legitimar ou se impor em certos meios, se vai popularizando (existem experiências curiosíssimas relatadas por médicos a trabalharem nas aldeias). Nesta relação desequilibrada e complexa o sociólogo e o antropólogo encontrarão ainda aqui as marcas da heterogeneidade numa formação social em transição.

*Maria José Ferros
Pedro Hespanha*